

TEXTO PARA DISCUSSÃO

CONDIÇÕES DE VIDA DAS MULHERES BAIANAS

DIRETORIA DE PESQUISAS

Lis Borges
Lucigleide Nery Nascimento
Silvania Conceição
Guillermo Etkin

Março de 2021
(em atualização)

Introdução

Dada a importância da mulher na sociedade e a constante luta por igualdade de direitos, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia apresenta Texto para Discussão onde são analisados indicadores demográficos, educacionais e de mercado de trabalho com recorte de gênero, e discorre sobre o comportamento dos dados no período selecionado na Bahia. Sem esgotar as possibilidades de discussões sobre o tema, buscou-se identificar no período os avanços e desigualdades. O levantamento foi construído a partir de bases de dados do IBGE como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC, das Projeções populacionais e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério da Economia.

Indicadores demográficos

As mulheres representam maioria no total da população baiana, apesar da pequena diferença percentual entre os gêneros (2,6 p.p em 2020). Em 2012, segundo os dados das Projeções Populacionais do IBGE, dos mais de 14 milhões de habitantes, 51,7% eram do sexo feminino. Esse percentual seguiu uma tendência de aumento ao longo do período, passando para 52,6% em 2020. A pequena variação percentual torna-se relevante, dada a baixa taxa de crescimento populacional do estado que, no comparativo entre 2012 e 2020, obteve um incremento de 480 mil residentes. Quando considerada a situação do domicílio, a participação feminina na população urbana se assemelha ao cenário do estado, sendo maioria e com participação percentual em tendência crescente. A análise da composição da população situada na área rural da Bahia, onde estavam domiciliados 27,3% do total em 2020, apresenta proporção inversa do agregado do estado, e os homens são maioria (51,4 em 2015 e 50,6 em 2020), apesar da pequena diferença e tendência de redução no período.

A capital baiana também apresentou maior participação feminina na população total no período analisado. Município mais populoso do estado, 53,6% dos residentes em Salvador eram do sexo feminino em 2012, passando para 56,6 em 2020. A maior participação feminina na capital pode ser justificada pela maior expectativa de vida das mulheres, em comparação com os homens (IBGE, 2015).

Os indicadores de fecundidade são fundamentais para o entendimento do crescimento natural de uma população. Os resultados da fecundidade baiana, sinalizam a manutenção do valor da taxa de fecundidade total. Nos níveis observados para o período de 2012-2020, a taxa oscilou entre 1,68 e 1,69 filhos por mulher, valores bem abaixo do nível de reposição (2,1 filhos por mulher). Esse comportamento dos dados é compatível com o novo padrão reprodutivo brasileiro, observado nos últimos séculos, que mudou de um nível de fecundidade elevado, considerado natural e com grande número de nascimentos, para uma fecundidade atual em níveis comparativos extremamente baixos, em muitos casos inferior ao necessário para a manutenção do nível populacional no mesmo tamanho no longo prazo.

Considerando a etapa atual da transição demográfica que o Brasil vivencia, com níveis de mortalidade relativamente baixos, a fecundidade desempenha importante papel no crescimento futuro da população e na estrutura etária, pois pequenas alterações nos níveis de fecundidade podem alterar de forma significativa a dinâmica populacional. De forma geral, tais transformações podem ser justificadas devido às alterações na orientação ideológico-cultural que influenciaram a demanda por regulação sobre a fecundidade; aos efeitos de políticas governamentais e mudanças institucionais sobre o tema no Brasil; e as modificações materiais e econômicas que geraram reduções no número de filhos (FARIA, 1989, RIOS-NETO, 2000 apud IBGE, 2015).

A análise do comportamento reprodutivo das mulheres residentes na Bahia por grupos etários em idade reprodutiva traz importantes evidências. Houve redução da taxa de fecundidade específica para o grupo de jovens de 15 a 19 anos que, em 2012, eram 66 nascimentos por mil mulheres nessa faixa etária, passando para 60 por mil mulheres em 2020. Apesar de ainda apresentar um patamar alto, essa redução, embora sutil, aponta para uma alteração na frequência de gravidez precoce nesse grupo etário, que possui implicações na saúde da jovem e do recém-nascido, questões sociais e demográficas. As faixas com maior participação reprodutiva encontram-se nos grupos de mulheres de 20 a 24 anos e de 25 a 30 anos. É possível observar também que houve um aumento nas taxas de fecundidade específica, no comparativo do período de 2012-2020, nos grupos de 30 a 34 anos, 35 a 39 anos e em menor grandeza para o grupo de 40 a 45 anos, o que pode sinalizar uma tendência a postergação da fecundidade

(CAVENAGHI; BERQUÓ, 2014).

Tais mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres no estado da Bahia repercutem no processo de envelhecimento populacional. Enquanto os residentes com menos de 14 anos reduziram sua participação na população do estado de 22,5%, em 2012, para 18,3%, em 2020, os idosos (65 anos ou mais) ampliaram de 8,2%, em 2012, para 11,7%, no final do período analisado. Essas alterações na distribuição etária da população geram impactos nas demandas por diversas políticas sociais: o aumento no número de idosos tende a pressionar o sistema de saúde por atendimentos específicos decorrentes de doenças da idade e maior pressão sobre a previdência social; redução no número de crianças e jovens altera as demandas por educação em creches e escolas, em diferentes níveis educacionais, por exemplo.

O exame das faixas etárias por gênero permite observar que, apesar de diminuta diferença, em 2012, o percentual de homens era maior do que o de mulheres nas faixas em que se encontram os menores de 14 anos (12,3% eram homens e 12% eram mulheres na população total) e na faixa seguinte, de 15 a 29 anos (12,8 dos homens e 12,7 das mulheres). Elas passam a ser maioria a partir do grupo etário de 30 anos, tendo maior diferença percentual a partir dos 50 anos (diferença de 1,2 p.p, em comparação com a participação do mesmo grupo no total de homens). Essas diferenças podem ser justificadas, entre outros fatores, pela ocorrência de dois fenômenos: a maior frequência de óbitos por causas violentas (como homicídios e acidentes de trânsito) que acometem os homens jovens, o que resultaria na maior participação de mulheres na população total a partir da faixa etária de 15 a 29 anos; e na maior expectativa de vida das mulheres, que gera uma maior diferença percentual entre os sexos a partir dos 50 anos (IBGE, 2015). Em 2020, apenas o grupo etário que reúne os homens com menos de 14 anos superou o quantitativo feminino.

Os dados para Salvador repetem o comportamento observado para o estado, com destaque para o grupo de mulheres com 65 anos ou mais que, em 2020, foi mais que o dobro (261 mil residentes) do observado em 2012 (123 mil residentes) e teve uma participação percentual no município mais representativa que para o estado (na Bahia essa faixa etária representou 6,8% e na capital foi de 9% do total). Na comparação entre 2015 e 2018, o incremento populacional nessa faixa foi de 38 mil mulheres. De 2018

para 2020, o acréscimo nesse grupo etário foi de 92 mil residentes.

Marcadores sociais de gênero e raça/cor, quando associados, podem ampliar desigualdades e afetar diversas dimensões da vida social dos indivíduos. Observando a distribuição da população do estado da Bahia por raça/cor e de forma desagregada para homens e mulheres, percebe-se que a maioria da população residente no estado declarou-se de raça/cor parda (62,1% em 2012 e 58,7% em 2020). O número de brancos, que em 2012 era responsável pelo segundo maior percentual (19,9%), reduziu para 18,7%, em 2020. Já o número de autodeclarados pretos apresentou aumento, sendo de 17,3%, em 2012, e ampliando para 21,6%, em 2020. Os negros (soma dos pretos e pardos) eram 79,4 em 2012 e totalizaram 80,3 em 2020.

Na Bahia, aproximadamente o total de um milhão de mulheres (947 mil) estava à frente de um domicílio sem a presença de cônjuge e com pelo menos um filho ou filha residente em 2020.¹ Na condição de responsável, acumularam atividades de cuidado e trabalho. Isso significava, em termos percentuais, 18,1% do total de chefias (homens e mulheres) dos domicílios do estado na condição de monoparentalidade feminina. Em 2012, esse índice era de 17,0%. Em relação ao total de chefas, ou seja, apenas entre as mulheres responsáveis por domicílios, 36,4% das chefas de domicílio eram monoparentais femininas em 2020. Em 2012, esse percentual era de 42,3%.

A monoparentalidade feminina é majoritariamente de caráter urbano. Na zona urbana, da Bahia, habitavam 752 mil chefas de domicílios monoparentais, em 2020. Enquanto que no meio rural, elas eram 195 mil. Em Salvador, no mesmo período, 228 mil mulheres chefiavam domicílios monoparentais.

Educação

De forma geral, a escolaridade na Bahia apresentou melhoras, no comparativo entre os anos de 2012 e 2020, com a redução no número de pessoas sem instrução e menos de um ano de estudo e o aumento daquelas com 16 anos ou mais de estudo, seja nas áreas urbana e rural do estado. O número de mulheres com 16 anos ou mais de

¹ Foram consideradas mulheres responsáveis pelo domicílio, sem cônjuge (independente do gênero) e com pelo menos 1 filho/a. A base de dados permite identificar o domicílio, que pode conter mais de uma família. Contudo a investigação é realizada tendo como referência a pessoa responsável pelo domicílio. Assim, os números disponíveis representam uma quantidade estimada de domicílios e não necessariamente de famílias com tais configurações.

estudo obteve crescimento expressivo no estado: na área urbana, passou de 398 mil, em 2012, para 750 mil, em 2020; na área rural, mais que dobrou, ampliando a participação que era de 15 mil para 39 mil, em 2020.

Embora seja possível observar ganhos educacionais para as mulheres no período, ainda é grande a presença daquelas sem instrução ou com menos de um ano de estudo, que no estado, em 2020, somavam 871 mil. A maior parcela delas reside na área rural do estado, e a participação apresentou ligeira redução (de 22,4% para 19,6%), na comparação entre os períodos.

Quando considerada a escolaridade por grupo etário, constata-se que, nos grupos mais jovens, há uma maior proporção de indivíduos com maior grau de instrução, independente do sexo e em todo o período de análise. Para ilustrar, enquanto o percentual de jovens (14 a 29 anos) sem instrução ou com menos de um ano de estudo era, em 2012, de 2,1% entre os homens e 1,4% entre as mulheres, quando considerado o grupo de 40 a 49 anos esse percentual sobe para 16,4%, entre os homens e 10,4% para as mulheres, chegando a 44,8% e 48,5 para os homens e mulheres idosos (com 65 anos ou mais), respectivamente (FÍGOLI, 2006).

Apesar deste cenário, o número de pessoas com o menor nível de instrução vem diminuindo. O grupo etário no qual as mulheres tiveram maior avanço foi na faixa de 40 a 49 anos. As que tinham menos de um ano de estudo representavam 10,9% do total de mulheres nessa faixa em 2012, e reduziu para 5,2 % em 2020.

Os idosos são os que possuem os menores níveis de escolaridade no estado. Apesar da redução percentual no comparativo entre 2012 e 2020, no final do período mais de um terço dos idosos (38,4% dos homens e 37,0% das mulheres) tinha menos de um ano de estudo, e mais da metade não concluiu o ensino fundamental (1 a 4 anos de estudo). No outro extremo, a participação daqueles que cursaram 16 anos ou mais de ensino vem aumentando, e o percentual de mulheres saltou de 2,8%, em 2012, para 7,5%, em 2020.

Acrescenta-se à análise da educação os efeitos encontrados quando a categoria raça/cor é adicionada para o recorte do indicador. Enquanto as mulheres brancas encontram diferenças salariais pelo gênero, as mulheres negras adicionam a esse diferencial o ônus da cor e ainda sofrem a discriminação setorial-regional-ocupacional

mais que os homens da mesma cor e as mulheres brancas (SOARES, 2000). Assim, mesmo com maiores níveis educacionais, homens ganham mais que mulheres e as mulheres negras encontram-se na base da pirâmide. Dessa forma, em 2012 na Bahia, o maior percentual de mulheres que se autodeclararam negra tinha entre 12 a 15 anos de estudo (24,6%). Esse percentual subiu para 32,5% em 2020. Essas participações são superiores às encontradas no grupo de homens negros (o maior percentual de 26% encontrava-se na faixa de 5 a 8 anos de estudo em 2012, e passa a ser a faixa de 12 a 15 anos, em 2020, com 27,1%) e no grupo de mulheres brancas (que tinham a maior porcentagem concentrada na faixa de 12 a 15 anos, com 25,6% em 2012 e passam para 30,8%, em 2020).

Comparando o nível de 16 anos ou mais de estudo, as mulheres brancas possuem maior percentual, comparado aos homens brancos e negros e às mulheres negras. Em 2012, 10% das mulheres brancas tinham 16 anos ou mais de estudos, passando para 16,5% em 2020. Entre as negras, esse percentual era de 4,9% em 2012 e alcançou 9,2% em 2020.

Considerando as questões de gênero e incorporando as questões de raça/cor, as desigualdades aumentam e encontramos seus desdobramentos no mercado de trabalho, através de diferenciais de rendimentos, além dos impactos nas condições de vida dos indivíduos.

Mercado de trabalho

A população feminina total do estado, como dito acima, supera a masculina. Contudo, os dados da PNADC revelaram o predomínio masculino na composição da força de trabalho no período 2012-2020, na Bahia. No último ano, dentre os 6,4 milhões de indivíduos economicamente ativos, 3,6 milhões pertenciam ao grupo formado pelo sexo masculino, com 14 anos ou mais de idade (idade para trabalhar), e 2,8 milhões de pessoas integravam o correspondente ao sexo feminino. Todavia, há uma tendência de ampliação da participação das mulheres e, conseqüentemente, redução na contribuição dos homens. Em 2012, 42,6% da população na força de trabalho baiana era composta por mulheres. Esse percentual atingiu 44% no resultado parcial para o ano de 2020. Quanto ao período em que se deu a pandemia, não se verificou alteração significativa na composição da força de trabalho em relação ao sexo dos seus participantes. De forma

absoluta, houve uma redução em ambos, no número de mulheres na força de trabalho, com a saída de 420 mil mulheres e de 446 mil homens entre o primeiro e o terceiro trimestre de 2020.

O nível da ocupação, ou seja, as pessoas ocupadas em relação à população em idade de trabalhar, revela diferenças significativas intra e intergrupos. Em 2012 este índice correspondia à 66,8% para os homens e 43,2% para as mulheres. Em 2020, os resultados parciais para o ano revelaram, respectivamente, 52,7% para eles e 33,3% para elas. No final do período analisado, a diferença era de 19,4 pontos percentuais, denotando mais homens ocupados em relação aos indivíduos do sexo masculino em idade de trabalhar. Durante a crise sanitária, especificamente no terceiro trimestre de 2020, o nível de ocupação para as pessoas do sexo feminino atingiu 30,5%, enquanto a masculina chegou a 50,2%.

A taxa de desocupação para as pessoas do sexo feminino se revelou a mais alta do mercado de trabalho, comparando-se os gêneros, entre 2012 e 2020. Enquanto a correspondente aos indivíduos do sexo masculino se posicionou em 9,5%, em 2012, a do sexo feminino alcançou 13,6%. A distância dos índices entre os sexos passou de 4.1 para 6.2 pontos percentuais comparando os resultados obtidos para 2012 e 2020 quando a taxa de desocupação feminina (23,2%) superou o índice masculino (17%), acirrando as desigualdades.

Durante o ano atípico de 2020, os impactos no emprego foram sentidos pelos indivíduos de ambos os sexos. Vale ressaltar que a taxa de desocupação para o total do estado, no terceiro trimestre, correspondeu a 20,7% da população na força de trabalho e foi o maior registro desde o início da pesquisa, em 2012. No primeiro trimestre de 2020, a taxa de desocupação para os homens era de 15,8% e atingiu 17,4% no terceiro trimestre. O respectivo índice para as mulheres passou de 22,3% para 24,9%. Mas, a razão entre os sexos não se alterou, permaneceu de 1,4, significa dizer que o desemprego feminino ainda supera o masculino em 40%.

Entre 2012 e 2020, com a redução de 933 mil pessoas na população total do estado ocupada, houve, também, diminuição de 6.6 pontos percentuais na taxa de informalidade, ou seja, no grupo formado por trabalhadores informais em relação a

população ocupada.² A taxa de informalidade das mulheres, no período, é inferior a masculina. Em 2020, respectivamente, correspondiam à 44,6% e 55,5%. A razão entre as taxas de informalidade caiu de 0,95 à 0,80 com a diminuição de 11,3 pontos percentuais na taxa de informalidade feminina, enquanto a masculina arrefeceu apenas 3,1 pontos percentuais entre 2012 e 2020. O menor grau de informalidade das mulheres ocupadas em relação aos homens ocupados, aliado à maiores taxas de desemprego, sugere que as mulheres estão mais empenhadas em buscar um emprego formal que em lançar-se à informalidade.

Entre o primeiro e o terceiro trimestres de 2020, em termos absolutos, mais homens deixaram a posição de ocupados (430 mil pessoas) do que as mulheres (398 mil). A pandemia impôs a necessidade do isolamento e, possivelmente, afetou o desenvolvimento das atividades informais desenvolvidas por mulheres que se viram obrigadas a cuidar do domicílio e família. A razão da informalidade entre os sexos passou de 0,87 a 0,80 entre o primeiro e terceiro trimestre de 2020.

Com base na PNADC, para os setores formais e informais, a análise intragrupo dos sexos revela que enquanto as mulheres estão ocupadas principalmente na Administração pública (32,1%), os homens estão majoritariamente (25,0%) em Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura no estado. No município de Salvador, elas estão ocupadas principalmente na Administração pública (36,3%), assim como eles (20,5%).

De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, conjunto de registros administrativos para o trabalho formal, entre 2012 e 2019, não houve alteração significativa na estrutura do mercado de trabalho na Bahia quanto à estruturação por gênero. O estoque feminino de vínculos formais de emprego se encontrava principalmente em postos na Administração pública (21,6%), enquanto os homens totalizavam 13,4% do pessoal ocupado nesse agrupamento de atividades econômicas em 2019. Para este mesmo ano, elas estavam, também, no Comércio (8%), assim como eles (11,6%). Em números absolutos, elas superaram os homens em 45.137 vínculos formais na categoria Serviços, sendo principalmente na Administração pública com diferença de

² Integram o grupo de trabalhadores informais os Empregados do setor privado sem carteira + Trabalhadores domésticos sem carteira + Empregadores sem CNPJ + Trabalhadores por conta própria sem CNPJ + Trabalhadores familiares auxiliares.

183.649 vínculos formais. Assim, existiu uma redução das atividades relacionadas à Construção, majoritariamente desenvolvidas pelos homens, e ampliação do grupamento Administração pública, por mulheres.

O grupo de atividades que mais conta com a participação de mulheres, a Administração pública, exibe uma das maiores diferenças salariais entre os sexos. O rendimento médio real dos vínculos ativos com jornada de 40 horas semanais delas corresponde à apenas 83% do rendimento deles com a mesma quantidade de horas trabalhadas. Ainda entre os Serviços, as atividades Informação, comunicação e outras atividades é que revelam as maiores desigualdades. Elas recebem 66% do rendimento deles. Por outro lado, os alentos estão em dois conjuntos: Construção e Indústria de Eletricidade e Gás, onde a razão do rendimento médio real dos vínculos ativos com jornada de 40 horas semanais delas em relação ao deles é de 1,39 e de 1,04, respectivamente. As mulheres na Construção recebem cerca de 40% a mais do que os homens, atividade descrita no passado como masculina.

A análise dos dados da RAIS mostrou também que, em relação aos vínculos formais de trabalho, não há apenas a predominância de homens em ocupações de destaque selecionadas, vislumbradas como de maior prestígio e remuneração. Na arquitetura, o percentual delas (56,2%), no estado, supera o índice deles (43,8%) de acordo com o registro mais recente, o de 2019. Na medicina, as médicas correspondem à 54,7% dos vínculos formais. Entre os profissionais em direito são 50,4% dos vínculos ocupados por elas, o que inclui as ocupações como advogadas, defensoras públicas, consultoras jurídicas, procuradoras da república, com sub-representação em algumas ocupações. Todavia, majora a baixa representação das mulheres nas engenharias (22,8%). Os dados podem indicar ainda que as mulheres optam por vínculos formais de trabalho, como já sugerido acima, o que demanda uma investigação e estudo aprofundado.

A análise dos dados da PNADC, para o estado, referente ao período 2012-2020, indica uma redução do total de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, especialmente no terceiro trimestre de 2020. Em 2012, esse número correspondia à 440 mil, mas em 2020, apenas 298 mil, sendo que 233 mil deles não possuíam carteira assinada. Predominam as mulheres (90,5%, 270 mil), dentre os trabalhadores domésticos. Os

homens (9,5%, 28 mil) são minoria nesta posição de ocupação.

Considerações finais

A análise das condições de vida das mulheres baianas, sob a ótica de indicadores demográficos, de educação e mercado de trabalho revelou alguns avanços e permanência de desigualdades, dentro do período. O perfil da mulher baiana em 2020 pode ser descrito como parda (58,7%) entre 14 a 29 anos (23,0%) e escolaridade entre 12 a 15 anos de estudo (32,2%). Entre os destaques, houve ampliação da participação de mulheres que se autodeclararam pretas na população total, manutenção da taxa de fecundidade total para nível abaixo da taxa de reposição da população, com mulheres mais jovens tendo menos filhos e aumento nas faixas de idade entre 30 a 45 anos, o que evidencia que estão postergando a fecundidade. Foi possível observar que houve aumento na escolaridade das mulheres no período, porém elas continuam a perceber rendimentos menores e apresentaram taxa de desemprego superior aos homens. Para elas, o mercado de trabalho se tornou menos informal no período, mas continuam sendo maioria entre os trabalhadores domésticos, setor que tem alta informalidade, além de observarem as maiores taxas de desemprego e menores salários (em que pese a maior escolaridade) sem um indicativo tendencial de superação das iniquidades e desigualdades.

Os pontos analisados evidenciam a necessidade do contínuo acompanhamento dos indicadores – sem se esgotar nesta síntese, já que a inclusão de mais variáveis tende a enriquecer o levantamento de informações e captar as diversas nuances que a complexidade do tema requer – que podem ser utilizados para subsidiar a formulação de políticas que promovam melhorias nas condições de trabalho, emprego e renda e para avanços nas conquistas de direitos das mulheres, passos importantes na redução das desigualdades.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação anual de informações sociais – RAIS: Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php>. Acesso em: 1 mar. 2021.
- CAVENAGHI, S.; BERQUO, E. Perfil socioeconômico e demográfico da fecundidade no Brasil de 2000 a 2010. In: VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO. Anais... Lima, Peru, 2014.
- FÍGOLI, Moema Gonçalves Bueno. Evolução da educação no Brasil: uma análise das taxas entre 1970 e 2000 segundo o grau da última série concluída. Revista Brasileira de Estudos de População, 23(1), 129-150, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000100008. Acesso em 8 mar. 2021
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- PROJEÇÕES da população: Brasil e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=downloads>
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA: microdados 2012- 2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/. Acesso em: 1 mar. 2021.
- SOARES, S. S. D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho - homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Texto para Discussão do Ipea no. 769. 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2295/1/TD_769.pdf. Acesso em 8 mar. 2021